

Walter Romero Menon Jr  
Universidade Federal de Minas Gerais

## Acerca dos limites entre natural e artificial, humano e não-humano. Considerações sobre o Frankenstein de Mary Shelley

A ideia colocada pelo romance de Mary Shelley, Frankenstein o moderno Prometeu – primeira versão de 1818 – acerca dos limites entre natural e artificial, humano e não-humano, que, uma vez ultrapassados pela ciência, ao dar vida à matéria inanimada, tornam-se indistintos, difusos, é, como se sabe, encarnada na figura do monstruoso. Este traz as marcas do hibridismo, da desmesura, do instável, cuja resultante política é a proscricção. Pretendo explorar a hipótese de que haveria, subjacente à indistinção apontada, um princípio mimético que, embora não necessariamente implique o monstruoso, foi a ele associado. Haveria como que uma zona de indefinição na qual as categorias do artificial e do natural se fundem em um devir-difuso, este ganha uma dimensão estético-política perigosa quando o não-humano se torna indistinto ou superior ao humano. Nesse sentido, gostaria, logo de saída, de chamar a atenção para duas premissas que aparecem no romance desde seu início: a destituição do status de saber de um conjunto de textos, técnicas e práticas mágicas, considerados mera fabulação infantil, supersticiosa a ser superada; e o fato de que o saber legítimo é aquele da ciência experimental identificado às ciências médicas. Ciência esta cujo método e técnicas, embora sejam fruto do exercício da razão, produzem, precisamente, ao servirem a um propósito fantasioso, o inverso do que a razão provê, ou seja, monstros. Cabe ressaltar a ausência de uma descrição do corpo monstruoso no romance de Mary Shelley.